TL3262

TEXTO DA INTERVENÇÃO PROFERIDA

PELO CAMARADA ABÍLIO ARAÚJO

CHEFE DA DELEGAÇÃO DA FRETILIN EM SERVIÇO NO EXTERIOR (DFSE)

AQUANDO DA ANÁLISE DO PONTO 3. DA ORDEM DE TRABALHOS REFERENTE A TIMOR LESTE

POR OCASIÃO DA REUNIÃO MINISTERIAL PARA A

IV CIMEIRA DOS CHEFES DE ESTADO

DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE E DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Bissau, 15 de Dezembro de 1983

Camarada Ministro Fidelis Cabral, Presidente da Conferência Ministerial,

Camarada Ministro Maria Amorim, Vice-Presidente da Conferência Ministerial,

Camarada Ministro Paulo Jorge, Chefe da Delegação da República Popular de Angola,

Camarada Ministro Silvino da Luz, Chefe da Delegação da República de Cabo Verde,

Camarada Ministro Jacinto Veloso, Chefe da Delegação da República Popular de Moçambique,

Camaradas,

Ao fazer uso da palavra nesta magna Conferência, a delegação maubere aqui presente sauda fraternalmente os heróicos Povos e Direcções Políticias de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Fazemo-lo com profunda emoção e sentido reconhecimento pelos inúmeros contributos prestados à causa do nosso mui querido e mil vezes heróico Povo Maubere.

Ontem, camaradas, nesse passado histórico não distante e ainda bem vivo nas nossas memórias, partilhámos as mesmas agruras e experimentámos os mesmos grilhões.

A distância geográfica que nos separava jamais constituíu factor impeditivo para os maubéres de Timor Leste acompanharem de perto e participarem na grande epopeia da nossa Resistência e Luta anti-coloniais comuns. Foram séculos de sedimentação da nossa amizade e fraternidade que o tempo histórico difícilmente poderá apagar.

É pois com profunda emoção que nos encontramos aqui, nesta hora e neste momento. Emoção porque estamos profundamente convictos de que os caminhos duramente calcorreados pelos Povos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe são hoje as nossas avenidas que nos irão conduzir à conquista da nossa Liberdade e Independência e através das quais rumaremos à vitória; reconhecimento porque, não obstante as tremendas dificuldades que hoje tereis

de enfrentar na reconstrução dos vossos Países e que se agravam ainda mais em resultado da sobrevivência, ainda no continente africano, de sequelas do colonialismo bem como de focos perigosos do colonialismo, racismo, neo-colonialismo e imperialismo que não só ameaçam como tentam inviabilizar a soberania e a independência total dos Povos de Angola e Moçambique, continuais firmes e perenes na vossa solidariedade fraterna para com o nosso mártir-Povo situado bem longe do vosso continente, no Extremo Oriente, no Sudeste Asiático, na linha divisória dos Oceanos Pacífico e Índico.

Por isso mesmo, pedimos que façais chegar às Direcções Políticas, Governos e Povos que representais a nossa infinita gratidão e nosso empenho cada vez maior de lutar com maior tenacidade e energia redobrada contra a clique sanguinária dos generais corruptos da Indonésia expansionista do fascista Suharto.

Camaradas,

Por razões que se prendem directamente com as dificuldades da nossa luta, não pudemos receber atempadamente o Relatório da Situação Político-Militar preparado pela Presidência do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN) e assinado pelo Comandante-em-Chefe das heróicas FALINTIL, camarada Kay Rala Xanana Gusmão destinado a ser apresentado à IV Conferência dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Na sua falta, queremos transcrever passos significativos de uma Mensagem do camarada Presidente do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN), Kay Rala Xanana Gusmão transmitida à Delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior (DFSE), em Junho do corrente ano:

"1982 foi um ano de sucessos militares; foi o começo da contra-ofensiva estratégica. (...)

1982 foi a síntese difícil de três anos de busca de novas formas de luta, de três anos de determinação, de três anos de esforços para modificar a situação de guerra imposta pelo poderoso, mas cada vez mais impotente agressor. (...)

O ambicioso plano de repovoamento para retalhar o País, nas zonas do interior, dificultando-se desse modo a mobilidade das Falintil e diminuindo os recursos naturais de sobrevivência, quedou na tomada de consciência de que era impraticável. (...)

O susto chegou ao próprio comaneo inimigo; foram baldados os seus esforços de exterminação que culminavam com o recrutamento dos mancebos para a dita "estrutura de defesa civil" (...)
pois o inimigo chegou somente à conclusão de que estava a armar o seu próprio inimigo e que estava a "fornecer" armamento à Resistência Armada."

Camaradas,

O ano de 1983 que está prestes a terminar e que foi proclamado pela Direcção Política do Povo Maubere como o Ano de Unidade Nacional revestiu-se de acontecimentos de grande significado.

Março de 1983 foi o coroar de êxitos do nosso Povo na sua luta de Resistência Nacional. Muito embora pudessem ter havido motivações díspares ao nível dos comandos militares indonésios sómente unidos pelo desejo de pôr término à guerra que já entrou no seu nono ano, e pese embora o facto de o cessar-fogo acordado em Março deste ano ter sido unilateralmente quebrado pelos falcões militaristas indonésios encabeçados pelo General fascista Beni Murdani, as conversações preliminares decorridas nas áreas de Timor Leste controladas pelas FALINTIL tiveram o mérito enorme de ter provado à Comunidade Internacional o carácter organizado da nossa luta, sua vitalidade indesmentível e a existência de uma Direcção Política.

O pleno restabelecimento dos contactos entre a DFSE (Delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior) e o Conselho Revolucionário de Resistência Nacional a partir do último trimestre do ano transacto possibilitou-nos dotar a nossa acção de dados objectivos - documentos e fotos - os quais possibilitaram o lançamento de uma ofensiva a nível político-informativo na arena internacional com vista à denúncia dos crimes cometidos pelo colonial-expanionismo indonésio na nossa Pátria e ao apoio ao Plano de Paz apresentado pelo Conselho Revolucionário de Resistência Nacional.

Camaradas,

Os membros que integram a DFSE (Delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior) e particularmente, os quadros responsáveis das lides diplomáticas não se pouparam a esforços. Lutando contra a escassez, ou melhor, contra a tremenda limitação dos seus recursos humanos e materiais, não se coibiram, e tudo fizeram, para dar ao mundo a real dimensão da Luta do nosso Povo.

Percorremos a Europa, fomos à Austrália e ao Pacífico; informámos em primeira mão os Governos da República Popular de Angola, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de São Tomé e Príncipe; fomos até aos Países da África Austral. Disseminámos informações por via directa através das nossas publicações. Utilizámos vias indirectas para a disseminação de outras valiosas informações. (Realçamos aqui a enorme publicidade feita pela Amnistia Internacional ao Documento Militar capturado pelas nossas forças em 31 de Dezembro de 1982, e a cobertura que os orgãos de comunicação internacional - jornais de grande dimensão internacional e Rádio como a BBC - deram ao conteúdo revelado

pelo referido documento mormente no tocante à prática de tortura praticada pelas forças ocupantes e à implantação política da FRETILIN nas áreas controladas pelo invasor indonésio. Não queremos deixar de realçar também aqui as actividades do Mgr. Martinho da Costa Lopes, ex-Administrador Apostólico da Diocese de Díli afastado de Timor Leste, em Maio deste ano, pela sua denúncia aberta dos crimes cometidos pela soldadesca indonésia na nossa Pátria.

Não obstante, camaradas, fomos colhidos por dois factores: em primeiro lugar, o alheamento intencional e por isso condenável, do Estado Português quanto ao processo das conversações iniciado em Timor Leste; em segundo lugar, o lançamento pela Indonésia e seus aliados de uma intensa campanha de contra-informação para neutralizar a ofensiva internacional desencadeada pela FRETILIN.

Importa, por isso, analisar mais detalhadamente o comportamento do Estado Português na sequência dos acontecimentos que estamos a relatar.

Antes de termos anunciado formalmente os termos das conversações preliminares com a Indonésia, efectuámos várias diligências ao nível do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Primeiro Ministro de Portugal, no sentido de os informar sobre a situação no campo político-militar e de estudar conjuntamente uma acção diplomática concertada. Tais diligências enquadraram-se no âmbito do papel preponderante que a FRETILIN confere ao Estado Português no desbloqueamento do caso de Timor Leste no campo internacional, e encontrar uma saída correcta que respeite os interesses do Povo Maubere. Contudo, não só encontrámos portas fechadas como lamentàvelmente, tomámos conhecimento de declarações de responsáveis governamentais portugueses que punham em causa a seriedade da FRETILIN e a sua dedicação à causa do Povo, que os oito anos passados testemunham eloquentemente. Declarações essas

que apontavam para uma possível capitulação da FRETILIN - pelo facto de ter conversado com a Indonésia - e que simultâneamente apontam para o facto de um maior empenhamento do Governo Português, atitude esta que os factos desmentem. Soubemos também que o Governo português se tinha sentido ultrapassado pelo facto de a FRETILIN ter negociado com a Indonésia e ter ignorado Portugal. Continuamos a dizer que isto é totalmente falso porque jamais houve negociações. A nossa Direcção Política no interior do País ao dar o passo para as conversações preliminares criou condições para que Portugal, que esteve ausente do terreno da confrontação político-militar, pudesse reocupar a sua posição numa cimeira a ser organizada pelas Nações Unidas com vista a repor a legalidade em Timor Leste. Lamentamos profundamente que Portugal não tenha sabido compreender a profundidade do nosso gesto histórico.

Até ao momento, verificamos uma agressividade da diplomacia indonésia a acompanhar a sua grande operação militar em curso, enquanto o Governo Português continua a ignorar esta situação grave, nem sequer apresentando qualquer protesto junto das Nações Unidas e, em especial, do Conselho de Segurança. É a FRETILIN e os Governos da República Popular de Angola, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe que têm apresentado nos dois últimos meses denúncias de agressão em curso ao Conselho de Segurança.

Camaradas,

A presente situação político-militar pode ser caracterizada nos seguintes pontos:

a) A Indonésia leva a cabo grandes operações militares contra o nosso Povo e as nossas Forças Armadas em Timor Leste. Até ao momento, a Resistência Armada prossegue e o exército indonésio mostra-se ineficaz na concretização dos seus planos demolidores das estruturas de Resistência Armada.

b) A Indonésia fez cessar os serviços da Cruz Vermelha em Timor Leste a fim de evitar qualquer presença estrangeira potencialmente denunciadora do clima de terror que hoje se vive em Timor Leste e que já foi caracterizado como "pior do que nos primeiros tempos da invasão". Foram feitas prisões e detenções em larga escala nas áreas ocupadas. Alguns destacados quadros das organizações clandestinas foram presos ou feitos desaparecer. O inimigo procura desmantelar os vários canais de ligação entre a DFSE e o CRRN.

c) Apesar de tudo, várias centenas de naturais armados (hansips e outros) enquadrados no exército de ocupação dentro da sua política de timorização da guerra juntaram-se às nossas forças regulares. Vários camaradas da Resistência clandestina retornaram à Luta Armada para escapar ao inimigo;

d) Nas suas mensagens mais recentes, o camarada Comandante-em-Chefe Kay Rala Xanana Gusmão reafirma a determinação e preparação da nossa Direcção Política e do Exército de Libertação em fazer fracassar a Operasi Persatuan e a Operasi Sapu Bersih que envolvem mais de 50.000 homens ao mesmo tempo que assegura que a situação das nossas forças no ano de 1933 é melhor que a dos anos de 1978 e 1979.

Camaradas,

No passado dia 14 de Outubro, diversos oficiais generais e outros elementos das Forças Armadas indonésias tentaram um golpe de Estado contra o regime do General Suharto.

A corrupção no seio do aparelho de Estado e das Forças Armadas, a guerra sem fim em Timor Leste, a grave crise económica que o país atravessa foram alguns dos factores que estiveram na base do golpe de Estado.

Hoje, a questão de Timor Leste assume particular importância para o General Suharto e para os seus mais próximos colaboradores. A sua manutenção no poder está intimamente ligada à questão de Timor Leste. Entre os partidários da guerra destaca-se a figura sinistra do Genral Beni Murdani que é, de facto, o verdadeiro ditador com tanto ou mais poder que o próprio Suharto, e que é o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas indonésias e o responsável máximo das duas polícias secretas: a OPKANTIB, força de segurança, e a BAKIN, polícia de informações.

Beni Murdani é apoiado pelos Generais da Divisão da Logística para os quais a guerra em Timor Leste é um negócio chorudo além de que o controle da produção e comercialização do óptimo café de Timor Leste nos mercados de Singapura e Japão está a cargo da empresa PT DENOK, propriedade do General Beni Murdani.

Sobe o descontentamento no seio das Forças Armadas indonésias.

A substituição precipitada ou o saneamento de todos os membros do Comando Militar indonésio estacionado em Timor Leste e envolvido no processo de diálogo encetado com a FRETILIN vem avolumar os focos de tensão no seio da alta hierarquia militar indonésia.

Hoje, diversas personalidades e organizações indonésias manifestam já públicamente a sua solidariedade com Timor Leste. É o caso concreto do Instituto de Ajuda Legal, associação de Juristas indonésios com ramificações nos principais centros urbanos da Indonésia e que presta assistência jurídica aos perseguidos, aos casos de violação dos direitos humanos na Indonésia.

.../...

Em Julho do corrente, o seu Presidente Buing Nasution, afirmou públicamente perante uma Delegação Parlamentar Australiana de visita à Indonésia, o direito de Timor Leste à Independência.

Camaradas

A Delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior (DFSE) considera que ao nosso Povo, à nossa Direcção Política e às nossas Forças Armadas não se pode exigir mais sacrifício, mais combatividade e mais heroísmo do que o que já foi demonstrado nestes oito anos já decorridos.

O nosso Povo chamou para si a tarefa central de ser o autor da sua própria libertação mas exige da Comunidade Internacional o dever de velar pela reposição da legalidade em Timor Leste nos termos das resoluções do Conselho de Segurança nºs 384 (75) e 389 (76)e das várias resoluções pertinentes da Assembleia Geral da ONU.

A Portugal cabe o dever jurídico, moral e político porque histórico de gerar uma dinâmica favorável a Timor Leste. Cada guerrilheiro que hoje tomba heróicamente no solo sagrado da nossa Pátria regada de suor e sangue contribui também para que a história não aponte contra Portugal o dedo ameaçador da acusação.

Camaradas

Conhecemos as fraquezas do nosso inimigo mas também os seus pontos fortes. Indonésia, o quinto país mais populoso do mundo, país islâmico, produtor de petróleo e de inúmeras outras riquezas minerais, tem conseguido influenciar os países da Conferência Islâmica (sobretudo,árabes), da CPEP, da CEE, para não mencionarmos os EUA e o Japão. A somar a todas estas vantagens, Jakarta tomou a questão de Timor Leste como questão prioritária na sua política externa, e investe todo o seu peso político para eliminar a "Questão de Timor Leste" da agenda da ONU a fim de mais impunemente levar ao extermínio físico, o Povo Maubere.

../..

Camarada Presidente da Conferência
Camarada Vice-Presidente
Camaradas Ministros, Chefes das Delegações
Camaradas

Aquando das conversações preliminares de Março do corrente ano, o Camarada Kay Rala Xanana Gusmão, Presidente do CRRN, Comissário Político Nacional e Comandante-em Chefe das FALINTIL apresentou à delegação indonésia a nossa total disponibilidade para buscar vias correctas, justas e eficazes que conduzissem a uma paz estável e duradoira em Timor Leste. Decorrente do cessar-fogo acordado, a Presidência do CRRN endereçou ao Sr. Secretário-Geral da ONU, em 11 de Abril do ano em curso, uma carta na qual eram apresentados os vectores fundamentais do Plano de Paz da FRETILIN, Este Plano de Paz comporta:

1. Conversações entre Portugal, Indonésia e FRETILIN sob os auspícios da ONU sobre auto-determinação com todas as consequências dela decorrentes.

2. Constituição de uma força da ONU destinada a viabilizar e a garantir:

a) O funcionamento de uma Administração Transitória;
b) O estacionamento das forças beligerantes - as FALINTIL e o Exército indonésio - em locais a acordar;

3. Organização de consultas livres e democráticas ao Povo de Timor Leste.

.../...

Este Plano de Paz é, no nosso entender, uma proposta construtiva que a nossa Direcção Política, num gesto de seriedade e maturidade políticas, apresentou à Comunidade Internacional como via de sanar definitivamente um conflito que já tem ceifado inúmeras vítimas tanto de Timor Leste como da Indonésia.

Para finalizar, camaradas, queremos testemunhar uma vez mais o nosso elevado apreço pelo convite a nós formulado a fim de podermos falar do nosso combate e das nossas dificuldades que são já o apanágio da nossa luta.

Sim, deveria caber ao Governo Português a organização de uma Cimeira para debater o problema de Timor Leste. Aqui fica mais um apelo para que Portugal assuma e não alije as suas responsabilidades. Porque, em última análise e em boa verdade, camaradas e irmãos, os vossos Povos não têm quaisquer responsabilidades no nosso caso a não ser o vosso compromisso militante e revolucionário conscientemente assumido por razões do nosso passado comum e dos objectivos estratégicos que prosseguimos em comunhão.

Por isso mesmo,

MUITO OBRIGADO

Bissau, 15 de Dezembro de 1983.-